

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS À SUSTENTABILIDADE
NA COMUNIDADE QUILOMBOLA PATIOBA EM JAPARATUBA-SE**

***POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCATIVAS ENCAMINADAS A LA SOSTENIBILIDAD EN
PATIOBA COMUNIDAD QUILOMBOLA DE JAPARATUBA-IF***

Submetido em: 10/11/2013.

Aprovado em: 20/03/2014.

SANTANA¹, Rosevaldo de.

¹ Especialista em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal de Sergipe, professor efetivo da rede pública. E-mail: prof_geo@hotmail.com

Resumo: O presente artigo pretende analisar criticamente as políticas públicas educacionais voltadas à sustentabilidade na Comunidade da Patioba no município de Japaratuba - Sergipe. Para atender a esse objetivo, foi desenvolvida uma pesquisa de campo, de caráter qualitativo, cujas técnicas de pesquisa utilizadas foram: Observação, questionário, entrevista e revisão de literatura. As políticas educacionais são extremamente importantes, pois, elas consolidam uma sociedade mais justa e igualitária, quando estas são bem definidas, ocorre uma transformação social. Igualmente, a sustentabilidade é um assunto que deve estar intrínseco no âmbito escolar, nesse trabalho ela é vista a partir de três dimensões: social, cultural e ambiental. Por isso que as relações educacionais e sociais em uma comunidade são indispensáveis. A escola é uma porta principal para consolidar esses processos educacionais, ora, o povoado Patioba é um remanescente de quilombo, sendo que a referida localidade têm raízes nos ancestrais africanos, além disso, é mister que as comunidades tradicionais usufruam das políticas intersetoriais, porque elas são asseguradas em Lei. O estreitamento entre escola e comunidade possibilita a sustentabilidade local, porque nos estabelecimentos de ensino projetos quando bem desenvolvidos, concretizam soluções de demandas sociais, e justamente por isso que esta pesquisa possibilitou um olhar crítico do modelo de educação quilombola que temos e o que queremos.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Quilombola. Sustentabilidade.

Resumen: Este artículo analiza críticamente las políticas educativas públicas encaminadas a la sustentabilidad en la comunidad de Patioba en el municipio de Japaratuba-Sergipe. Para cumplir este objetivo, desarrolló una investigación de campo, de carácter cualitativo, cuya técnicas de investigación utilizadas fueron: observación, cuestionario, entrevista y revisión de la literatura. Las políticas educativas son muy importantes porque ellas consolidan una sociedad más justa y más igualitaria, cuando éstas son bien definidas hay una transformación social. Además, la sustentabilidad es un tema que debe ser intrínseco en la escuela, en este papel, se la ve desde tres dimensiones: social, cultural y ambiental. Por qué las relaciones educativas y sociales en una comunidad son indispensables. La escuela es una puerta principal para consolidar estos procesos educativos, sin embargo, el pueblo de Patioba es un remanente de quilombolo, siendo que la localidad tienen raíces en los ancestrales africanos, por otra parte, es esencial que las comunidades tradicionales son beneficiarias de las políticas intersectoriales, ya que están garantizados en la reducción de la ley entre la escuela y la comunidad permite a la sustentabilidad local, ya que en los proyectos de las escuelas cuando está bien desarrollado, concretados soluciones demandas sociales, y precisamente por eso que esta investigación permitió una mirada crítica sobre el modelo de educación quilombola que tenemos y lo que deseamos.

Palabras clave: De las políticas educativas. Quilombolas. Sostenibilidad.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de campo realizada no primeiro trimestre do ano em curso, onde se pretende analisar criticamente as políticas públicas educacionais voltadas à sustentabilidade na Comunidade da Patioba em Japaratuba, no estado de Sergipe. O povoado Patioba fica às margens da BR 101, na cidade de Japaratuba, cidade de 16.901 habitantes, distante 54 quilômetros da capital, localizada na Mesorregião Leste Sergipano e Microrregião do mesmo nome do município, com um perfil econômico voltado a prestação de serviços à PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S/A) tem em sua economia as receitas provenientes dos royalties e da monocultura da cana-de-açúcar. Patioba era um refúgio de escravos onde existiam engenhos. Hoje em

dia não tem mais nenhum indício de engenhos, o nome Patioba é de origem indígena que significa “serpente peçonhenta”, a comunidade é formada de aproximadamente 800 pessoas. Em 12 de maio de 2006, a comunidade da Patioba foi reconhecida como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares.¹ Em virtude da autodenominação da comunidade, iniciou-se um longo processo de estudo antropológico das etnias que habitam àquele lugar que ainda não foi concluído, daí então, cresceu entre os nativos o desejo por mudanças estratégicas como prevê o Programa Brasil Quilombola, mediante a conclusão dessa pesquisa feita pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ocorre uma mudança estruturante em toda a comunidade, principalmente no âmbito das políticas educacionais.

Conforme IBGE (2010), o Povoado Patioba representa uma comunidade de quilombolas, com forte vocação para agricultura familiar e comercialização de frutas como: manga, jaca, jenipapo, além de ter uma potencialidade para a produção de artesanato de palha, entre outros. O Programa Brasil Quilombola² consagrou-se como uma das Políticas Públicas mais importantes do governo Lula, sendo este um Programa coordenado pela Secretaria Especial para Políticas de Promoção da Igualdade Racial -

¹ A **Fundação Cultural Palmares** é uma entidade pública brasileira vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, e tem como missão os preceitos constitucionais de reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira, além de fomentar o direito de

² O **Programa Brasil Quilombola** foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Como seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/20070, que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas, ou seja, políticas intersetoriais).

SEPPIR, por meio da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, e agrega 23 órgãos da administração pública federal. O supracitado Programa que Busca garantir o direito a terra, à documentação básica, alimentação, saúde, esporte, lazer, moradia adequada, serviços de infraestrutura, previdência social, educação e cultura, baseado na realidade e nas demandas das comunidades.

Dos direitos acima descritos no programa, a pesquisa focou principalmente na educação, pois, o principal objeto deste trabalho são as políticas educacionais voltadas à sustentabilidade difundida no âmbito da escola municipal Tarcila Canuto Tadeu, localizada no Povoado Patioba. É importante ressaltar que os quilombolas são comunidades tradicionais remanescentes de quilombos que surgiram segundo critérios de autoatribuição, sua trajetória histórica está relacionada às lutas e resistências impostas no Brasil pré-República.

Convém afirmar que essas comunidades tiveram grande influência de seu principal ancestral Zumbi dos Palmares na luta pela liberdade e pela assunção da identidade cultural. Segundo Muniz (2011): “Quando se evoca o nome de Zumbi forçosamente evoca-se o movimento dos Quilombos”.

Até recentemente, o termo *quilombo* era de uso quase exclusivo de historiadores e demais especialistas que, por meio da documentação disponível ou inédita, procuravam construir novas abordagens e interpretações sobre o nosso passado como nação. A partir da Constituição brasileira de 1988, o quilombo adquire uma significação atualizada, ao ser inscrito no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para conferir direitos territoriais aos *remanescentes de quilombos* que estejam ocupando suas terras, sendo-

lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro. Assim, *quilombo* ou *remanescente de quilombo*, são termos usados para conferir direitos territoriais, permitem, “através de várias aproximações, desenhar uma cartografia inédita na atualidade, reinventando novas figuras do social (O’dwyer, 2002, p. 13).

É importante observar que a Constituinte de 1988, abriu um precedente para que as terras remanescentes de quilombo conferissem direitos territoriais inalienáveis, pois, é preciso que nessas localidades tenham uma estrutura educacional ímpar, onde o espaço educacional esteja pautado na qualidade em todos os sentidos e na manutenção dos saberes deixados pelos descendentes africanos. Não se sabe ao certo o número preciso dessas comunidades no Brasil, mas, segundo a Fundação Palmares foram detectadas 3.524 comunidades no país. Já no estado de Sergipe, existem 15 comunidades reconhecidas e 35 em fase de reconhecimento, muitas se encontram em condições precárias, sem acesso à educação e a saúde.

As políticas públicas também chamadas de políticas de Estado são as ações voltadas ao cumprimento do que são estabelecidos em Leis. Aqui, especificamente tratando-se das políticas educacionais voltadas à sustentabilidade das comunidades tradicionais quilombolas. Conforme Leite (2008):

As instituições oficiais designadas por meio de Decreto Presidencial para implantar políticas voltadas para os quilombos revelam a abrangência do projeto oficial: quatro agências da Presidência da República, cujos titulares têm *status* de ministro; secretarias (Seppir/SDH, Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional); seis ministérios (Desenvolvimento Agrário, Saúde, Educação, Cultura, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Advocacia Geral da União); fundações (FCP e Funasa) e também autarquias, como o Incra, responsável direto pelas regularizações fundiárias. Além disso, o Governo Federal estabeleceu uma ampla rede administrativa de

execução das políticas públicas nas comunidades quilombolas, além de programas como o chamado Brasil Quilombola (Leite, 2008, p.973).

No que se refere à sustentabilidade proposta no tema desse trabalho, Gadotti (2005) comenta:

O termo “sustentabilidade” implica um equilíbrio do ser humano consigo mesmo e com o planeta, mais ainda, com o universo. A sustentabilidade que defendemos refere-se ao próprio sentido do que somos de onde viemos e para onde vamos como seres do sentido e doadores de sentido a tudo o que nos cerca (Gadotti, 2005, p. 16).

Indo em consonância com o pensamento acima, é importante ressaltar que a proposta desse trabalho não é fazer apologia ao ativismo ambiental, mas, compreender os processos que permeiam a sustentabilidade social e ambiental na Comunidade Quilombola da Patioba. Enquanto seres vivos, devemos ser capazes de entender o próprio sentido da vida, sabermos de onde viemos e para onde iremos, porque somos responsáveis pelas consequências advindas de ações danosas ao ambiente que nos rodeiam. É óbvio que a escola tem um importante papel na difusão de valores sustentáveis, ela é responsável pela formação da cidadania.

A sustentabilidade discutida nessa pesquisa dispôs de três dimensões que foram exploradas: sustentabilidade social, cultural e ambiental. A sustentabilidade social refere ao estreitamento das relações entre a escola e as organizações sociais locais firmando parcerias onde escola e comunidade trabalhem juntos na perspectiva de um avanço social. A sustentabilidade cultural está respaldada na Lei 10.639/2003 onde esta ressalta: “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados

no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.” (Brasil, Lei de nº 10.639, 2003, § 2º).

A presente legislação chama à escola a responsabilidade colocando no bojo de seu trabalho a evidência da cultura negra, ou seja, nos planejamentos dos estabelecimentos de ensino, independente de haver ou não uma clientela quilombola, a escola precisa inserir no seu projeto pedagógico a História e a Cultura Afro-Brasileira. Já a Lei nº 11.645/08, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, elas tratam da adaptação curricular do ensino nas escolas, sejam comunidades tradicionais ou não. Por sua vez, a sustentabilidade ambiental está prevista nas Leis 9.795/1999 e 6.938/1981, que orientam acerca da Educação Ambiental, tendo em vista a Política Nacional de Meio Ambiente ³. A presente pesquisa tem como ponto de partida as seguintes problematizações: Os professores da comunidade quilombola Patioba trabalham as

³A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; acompanhamento do estado da qualidade ambiental; recuperação de áreas degradadas; proteção de áreas ameaçadas de degradação; educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. (BRASIL, Lei de nº 6.938/1981, Art. 2º, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X).

legislações pertinentes a esse grupo étnicorracial? As ações propostas no Programa Brasil Quilombola são implementadas na comunidade local? A sustentabilidade é uma temática bem difundida na escola?

METODOLOGIA

Em busca de respostas as questões propostas nessa pesquisa, apropriamos do método dedutivo; quanto à abordagem, a presente pesquisa é qualitativa, quanto aos objetivos, uma pesquisa exploratória com a utilização de uma diversidade de instrumentos de coleta, a saber: uma pesquisa de campo, com um estudo de caso da Escola Municipal Tarcila Canuto Tadeu, onde foi aplicado questionário com os cinco professores que lecionam nesta unidade de ensino, a princípio, quatro deles com formação em nível superior, apenas um professor com nível médio. Este instrumento contemplou perguntas referentes às políticas educacionais e a sustentabilidade no âmbito escolar.

Conforme Rodrigues (2006): “O questionário também é um instrumento de coleta de dados. Constituído por uma lista de questões relacionadas com o problema de pesquisa”. Foi feita também uma entrevista com a presidente da Associação de Moradores do povoado para aferir se as questões sociais do povoado são discutidas entre esta instituição e a unidade de ensino. Em relação à entrevista Rodrigues (2006) observa: “A entrevista é utilizada para obter informações a partir de uma conversa orientada com o entrevistado devendo atender a um objetivo predeterminado.”O

método utilizado na pesquisa foi o dedutivo, pois, segundo (Rodrigues, 2006): “Ao contrário da indução, o método dedutivo é um processo de raciocínio lógico que, a partir de princípios e proposições gerais e universais, chega a conclusões menos universais ou particulares”.

Além disso, o presente trabalho contou com a técnica da observação, sendo uma ferramenta de extrema importância na pesquisa. Conforme Prestes (2008): “Na observação, são aplicados atentamente os sentidos a um objeto, a fim de que se possa a partir dele, adquirir um conhecimento claro e preciso”. Para isso recorreremos ao registro de fotografias. Corroborando com o pensamento de Andrade apud Rodrigues (2006): “A pesquisa científica pode ser definida como um conjunto de procedimentos sistemáticos, que utiliza métodos científicos para encontrar soluções para problemas propostos.” Justamente por isso, quanto mais diversificado os instrumentos, a pesquisa torna-se mais empolgante. Por isso quanto à obtenção de informações, essa pesquisa também pautou-se em uma revisão bibliográfica, pois, conforme Prestes (2008): “A pesquisa bibliográfica é aquela que se efetiva tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir de informações provenientes de material gráfico, sonoro ou eletrônico.” Quanto à abordagem, o presente trabalho valeu-se de uma pesquisa qualitativa, que segundo Rodrigues (2006) aponta: “A pesquisa qualitativa é aquela que não emprega procedimentos estatísticos ou não tem, como objetivo principal, abordar o problema a partir desses procedimentos”.

A presente pesquisa é um instrumento que propiciará ao leitor e pesquisadores um debate salutar junto à sociedade, para que enfim, possamos valorizar as raízes culturais da cultura africana que tanto contribuiu com a história brasileira, bem como fornecer-lhes uma educação sustentável e digna para as comunidades tradicionais quilombolas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante visita feita ao povoado Patioba, entramos em contato com a Presidente da Associação de Moradores, para que ela concedesse uma entrevista, conforme roteiro de perguntas preestabelecidas. Na oportunidade ela foi questionada a respeito do surgimento da Associação, logo ela respondeu: “A associação foi fundada no dia 17/07/2009 e surgiu da necessidade de formalização para que a comunidade pudesse pleitear convênios junto à União”. Posteriormente, ela foi questionada sobre o histórico do Povoado, ela informou o seguinte: “Não tenho dados precisos sobre a história do Povoado, só sei que o mesmo é uma remanescente de quilombo, pois 83% da comunidade é negra, e segundo minha família, meu bisavô era escravo”. Conforme ela nos informou em entrevista, em 2011 foi concluído o estudo antropológico, mas, ainda há um impasse jurídico sobre a titularidade da terra, havendo uma disputa entre o Povoado Terradura, em Capela/SE e a Patioba em Japaratuba/SE.

Questionada sobre desenvolvimento da sustentabilidade na comunidade, ela disse que desenvolve a sustentabilidade cultural, através do Quilombofest, que acontece em

novembro, mas segundo ela, a escola não se envolve nessa festividade. Ela informou também na entrevista que conhece o Programa Brasil Quilombola, mas, ela ponderou o seguinte: “O programa é bom, mas, na prática não deixa clara suas pretensões, e os órgãos oficiais não dão o devido esclarecimento sobre ele para que a comunidade tenha ciência do seu teor.”

Segundo, a senhora M. N. M, presidente da Associação de Moradores da Patioba: “A associação não tem um trabalho efetivo voltado à promoção da Educação Ambiental, tampouco, a escola da comunidade envolve-se diretamente com esta instituição para desenvolver algo parecido, no entanto, durante reuniões com os moradores, há um processo de conscientização.” Ela também relatou que os moradores da comunidade não suportam mais o avanço desmedido do cultivo da cana no povoado, como se não bastassem os usineiros resolverem cercar a escola da comunidade com o cultivo dessa cultura. A presidente da Associação, a senhora M. N. M foi questionada quanto aos avanços e retrocessos dessa comunidade em relação à atuação dessa instituição que ela está à frente. Ela então respondeu o seguinte: “Os quase quatro anos da fundação da Associação conseguimos desenvolver o Projeto Identidade Quilombola, que resultou na produção de um DVD e uma cartilha, o maior retrocesso é o fato de nós não concretizarmos ainda a posse definitiva da terra que circunda o nosso território, mas, não depende da gente, dependemos da burocracia jurídica brasileira.”

Em questionário aplicado aos cinco professores da Escola Municipal Tarcila Canuto Tadeu, na 1, foi perguntado se eles sentem bem trabalhando naquela comunidade,

todos foram unânimes em afirmar que se sentem bem. Porém, na questão 2, perguntou se eles conhecem o Programa Brasil Quilombola e um fato preocupante foi revelado, todos eles desconhecem, e mais chocante é que dos 5 professores, 3 deles moram na comunidade.

Já na questão 3, foi perguntado a respeito da metodologia empregada em sala de aula, eles acreditam que todos a utilizam de maneira correta a pedagogia quilombola⁷, no entanto, quem visitar a escola constatará que não exatamente. Foi percebido que o ensino restringe ao quadro e o giz, além do livro didático. Na questão 4, tratamos do tema sustentabilidade, e todos foram unânimes em dizer que trabalham a sustentabilidade. Na questão 5, questionados sobre a estrutura adequada da escola, todos os professores foram taxativos em afirmar que as condições da escola não estão compatíveis com o desempenho das atividades voltadas a pedagogia dos quilombos. Na questão 6, foi perguntado se eles têm orgulho de ser professor de uma comunidade quilombola, todos responderam que sim. Na pergunta de número 7, foi perguntado sobre as ações afirmativas no âmbito da rede municipal de ensino, elas disseram que a secretaria tem sido negligente nesse aspecto. Na 8, eles foram indagados sobre o trabalho da sustentabilidade ambiental em sala, eles responderam que sentem bastante dificuldades. Já na número 9, foi perguntado se há a parceria entre a escola e a comunidade, eles disseram que sim. Mas, já a representante da Associação de Moradores respondeu que não, então, percebe-se certa contradição. Na última pergunta, os professores foram questionados sobre a assistência de material pedagógico, eles queixaram-se que o sistema municipal de ensino não dá a assessoria

necessária ao desenvolvimento do trabalho dos professores para a etnia negra, pois, segundo eles, materiais chegam do MEC, mas os professores não recebem as devidas orientações de como trabalhá-los juntos a comunidade escolar

Análise sobre as Políticas Públicas Educacionais

A Constituição Federal de 1988 inaugurou uma nova fase no contexto educacional brasileiro, no período em que o Brasil clamava por redemocratização, surge à necessidade de uma constituinte que deixasse claro que o Estado brasileiro pudesse oferecer um novo modelo de educação, como está explicitado abaixo: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CF 1988, Art. 205). Quer dizer esta carta magna surgiu para quebrar os paradigmas de um modelo educacional voltado somente ao atendimento de uma demanda específica, que no caso, era a educação tecnicista que atendia as benesses do regime militar.

A constituição de 1988 veio dar sentido a uma política pública educacional mais clara e objetiva, a educação tornou-se responsabilidade de todos, principalmente do Estado e da família. A partir dessa ótica, a constituinte supracitada objetiva um sentido mais amplo para a educação, que é o exercício de uma cidadania plena, esta que é adquirida gradativamente e com a colaboração da sociedade, numa expectativa de mudança da

realidade social que cerca o indivíduo, nesse sentido Freire (1987) já ponderava o seguinte: “Não se pode perder de vista a maneira de ser dos oprimidos, nem se esquecer do momento de despertá-los.” Ora, as políticas educacionais servem justamente para despertar no cidadão o desejo por mudanças, pois, a sociedade é construída de mentes que pensam na construção de uma nação melhor.

Ainda imbuídos neste debate das políticas públicas educacionais, surge na década de 90 uma legislação que visa revolucionar a educação no Brasil, a chamada Lei Darcy Ribeiro⁴ esta que surge com a necessidade de se reformular as políticas públicas para o ensino no país.

Apesar de esta legislação na época ser muito criticada, a mesma trouxe no seu bojo três coisas importantíssimas: valorização do magistério, gestão democrática e qualidade no ensino. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996) fortaleceu o compromisso de uma educação básica capaz de superar os desafios e as demandas existentes na sociedade atual.

A LDB (1996) sugeriu mudanças estratégicas na educação brasileira, visto que ela fomenta práticas capazes de estreitar os laços entre a comunidade onde a escola está inserida e a comunidade escolar, como a própria legislação preconiza:

⁴Darcy Ribeiro foi Deputado Federal, era Sociólogo de formação e pesquisador das ciências sociais que participou da idealização da Universidade de Brasília, além de participar ativamente da formulação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBN (Lei de nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996).

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.(Brasil, LDB, Lei de nº 9394/96, Art 1º)

Percebe-se então que a educação não se restringe a escola, ela se desenvolve de várias formas, no contato com as manifestações culturais locais, na convivência humana, enfim, desenvolve-se também no espaço extraescolar.

É lícito afirmar que Constituição (1988) e a LDB (1996) são leis com uma elaboração que atendem aos anseios sociais, mas, o que mais retarda os avanços previstos nestas leis é a falta de informação da população brasileira, somos na maioria das vezes omissos e não exercitamos nossa cidadania plena, para exigir o que são preconizados nessas legislações. Por exemplo, a gestão democrática ainda está entrelaçada no discurso do proselitismo político, poucos os municípios brasileiros que a adotam como política educacional. Em Sergipe, por exemplo, só Aracaju possui gestão democrática, entretanto, está sendo ameaçada pela atual gestão, um verdadeiro retrocesso. Portanto, políticas públicas educacionais o Brasil tem, só está faltando serem melhores gerenciadas.

PERFIL DA ESCOLA E BREVE HISTÓRICO DA COMUNIDADE PATIOBA

A Escola Municipal Tarcila Canuto Tadeu, antes chamada de Escola Rural Patioba, foi construída em pleno Regime Militar no ano de 1970, na administração do prefeito da

época Pedro Lima de Oliveira. É uma escola de ensino fundamental inicial e EJA, funciona nos três turnos, conta com uma matrícula de 120 alunos no ano de 2013.

Em relação à estrutura física, o estabelecimento de ensino conta com 3 salas, 2 banheiros, uma cozinha, um pequeno pátio, um refeitório improvisado e uma sala de direção, não tem biblioteca, tampouco sala de informática. Sua estrutura física não é ruim, mas, precisa ser incrementada, no ano de 2012 ela passou por uma pequena reforma, porém, há muito por fazer. Seu corpo administrativo é formado por uma diretora e uma vice-diretora, duas merendeiras, três serventes de limpeza e nenhum vigilante. Conta com cinco docentes, quatro deles formados em nível superior, apenas um com nível médio. A escola dispõe de regimento escolar e projeto político pedagógico.

No que concerne à história do povoado, poucos são os moradores que sabem ao certo a verdadeira história do povoado Patioba, mas segundo relatos da Presidente da Associação dos Moradores, o povoado surgiu a partir de um refúgio de escravos, onde existiam engenhos, mas hoje não tem mais nenhum indício dos engenhos, mas segundo ela existiam. Conforme informação, a mesma, confirmou: “Inclusive o meu bisavô foi escravo”. O nome Patioba origina-se de uma palavra indígena que significa serpente peçonhenta. A comunidade é formada por aproximadamente 730 pessoas, está situada no município de Japaratuba sentido Sul, é um povoado que se autodeterminou quilombola, sendo reconhecida pela Fundação Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura. Porém, há de salientar que na comunidade citada

está em andamento um amplo e burocrático estudo antropológico dessa localidade para a confirmação da identidade cultural quilombola. A partir da conclusão desse estudo, a comunidade passa a usufruir dos benefícios que o Programa Brasil Quilombola prevê:

O Programa Brasil Quilombola permeia ações de 23 ministérios, governos estaduais e municipais, e organizações da sociedade civil. O Programa tem como objetivo melhorar as condições de vida das comunidades quilombolas identificadas nas cinco regiões brasileiras. (MEC, 2004, p.09)

O programa supracitado será implantado na comunidade quando o estudo antropológico for concluído, quando ocorre a conclusão, logo após é feita a publicação no Diário Oficial da União, automaticamente é liberada uma verba específica para essas comunidades, logo há uma imediata integração dos 23 ministérios, governos estaduais e municipais e organizações sociais para que as obras estruturantes nesses territórios efetivem-se e mudem a realidade socioeducacional nessas comunidades.

Com relação à economia do povoado, ela baseia-se na comercialização de frutas, no trabalho agrícola, alguns são funcionários públicos, uma pequena parcela da população trabalha em empresas terceirizadas da PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S/A), algumas mulheres são artesãs e trabalham na tapeçaria, crochê e bordado com um grupo de nove mulheres.

O povoado apresenta ainda uma carência de médicos, sua infraestrutura não é muito boa, faltam incentivos para o desenvolvimento local, sobretudo no apoio aos agricultores. Enfim, a comunidade apresenta dificuldades pontuais que precisam ser

sanadas e a esperança é essa política interministerial através do Programa Brasil Quilombola. A comunidade anseia e torce para que esse programa seja consolidado o mais rápido possível, pois, acredita-se que a implementação do Brasil Quilombola na comunidade Patioba reacende a esperança por dias melhores.

SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Sustentabilidade Cultural

No Brasil, segundo Censo Escolar de 2010, existem 210.485 estudantes matriculados em 374 escolas localizadas em áreas de remanescentes de quilombos, sendo que 62% das matrículas estão concentradas na região Nordeste. É um número considerável de comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil, logo, torna-se necessário que o Poder Público fomente e valorize as raízes culturais nessas comunidades. É sabido que ao longo de toda a história brasileira, a escola pública, centrava-se no elitismo, sobretudo, priorizava o eurocentrismo cultural, deixando de lado as contribuições da cultura negra, numa postura excludente. Jesus (2008) pondera:

Historiografia tradicional prioriza a história vista por cima, ou seja, valoriza figuras ilustres como generais, estadistas, enfim, aqueles que são considerados grandes homens. Muitos historiadores deixam de lado a história de personagens comuns, esquecendo-se que estes também constroem a história. A nova história, por sua vez, busca considerar tanto a “história de cima” como também a “vista de baixo” (Jesus, 2008, p. 02).

A sustentabilidade cultural prima justamente ao resgate da história e dos modos de vida de pessoas simples, suas cantorias, crenças e costumes, pois, perdemos ao longo do

tempo, as tradições que nos faziam mais comunitários, as redes sociais têm deixado às pessoas com menos contato humano. O tocar, o sentir, o ouvir tornaram-se artificial. É a partir da presente discussão que propomos nesta pesquisa uma escola que propicie mecanismos mais evidentes de um ambiente escolar capaz de preservar as raízes culturais da cultura dos quilombos, a chamada Educação Quilombola. Conforme Muniz (2011): “É preciso compreender como se efetiva o ato pedagógico no Quilombo.” É óbvio que a viabilidade para esse fim é uma tarefa conjunta entre família, sociedade e o Estado. A cultura negra é circundada de mistérios e encantos, trabalhá-la de maneira eficaz exige profundo preparo intelectual. Ao longo dos anos percebeu-se que a escola não tem tido a eficácia necessária para disseminar a Cultura Africana em seu interior, existem muitos estereótipos a serem quebrados no âmbito escolar. Há os que pensam que africanidade na escola resume-se ao candomblé.

Mesmo oficialmente livres os negros viveram e têm vivenciado a discriminação, nos mais diferentes espaços da sociedade. E, nesse contexto, a escola brasileira não tem sido eficaz na eliminação da ideia de preconceito étnico. Diante desse fato, o atual governo da República promulga uma legislação que coloca a escola como elemento desencadeador das discussões e ações com vistas à extinção do preconceito racial. (Muniz, 2011, p.04)

No entanto, cabe ressaltar que as ações previstas em Leis ainda são tímidas: escolas sucateadas, professores mal pagos, falta de gestão democrática, baixa qualidade no ensino, enfim, essa é ainda a realidade brasileira. O mais grave de tudo isso é que no Brasil presenciamos a intolerância e a discriminação com a raça negra, esta que é uma das matrizes raciais que formaram o povo brasileiro. Conforme observa Freire (1996):

Quão ausentes da democracia se acham os que queimam igrejas de negros porque, certamente, negros não têm alma. Negros não rezam. Com sua negritude, os negros sujaram a branquitude das orações... A mim me dá pena e não raiva, quando vejo a arrogância com que há branquitude de sociedade em que se faz isso se apresenta como pedagogia da democracia. (Freire, 1996, p.17)

Na concepção acima pudemos perceber quão preocupante em uma sociedade democrática é a intolerância, percebe-se que o preconceito aos negros no Brasil ainda é uma constante, pessoas são presas violentamente por serem negras, são discriminadas no mercado de trabalho, além de sofrerem outras mazelas sociais. Precisamos urgentemente mudar essa realidade, e a educação é a melhor forma de amenizar esse problema, no qual podemos considerá-lo como *um apartheid social*. Ser negro no Brasil representa uma luta constante para que seus direitos sejam respeitados, quando um negro entra em um restaurante ou banco, as pessoas já o vê com um olhar hostil, parece uma etnofobia, ou seja, uma aversão a raça negra. Negro tem seu valor e sua identidade que precisa ser respeitada.

A pedagogia quilombola almeja mais autonomia e menos pragmatismo, assim, então teremos de fato um resultado mais consoante ao que almeja as comunidades quilombolas, que sonham com um reconhecimento cultural mais sólido e menos utópico.

Sustentabilidade Social

A sustentabilidade social surge como uma perspectiva de as comunidades quilombolas integrarem-se mais com as escolas situadas nestas, pois, quando ambas andam juntas,

tem como resultado um desenvolvimento social local. Todavia, observamos que nossas escolas demonstram-se fragilizadas em estabelecer estratégias que estreitem as relações sociais entre escola e comunidade. O fato é que muitas alegam que os recursos financeiros são insuficientes para envolver mais a comunidade em uma relação mais recíproca. Segundo Freire (1997): “O ato de ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural. Esse é um princípio da pedagogia da autonomia.” Devemos reconhecer que se a escola está em uma cultura específica, logo os que fazem parte dela precisam assumir a identidade cultural onde ela está inserida.

Em relação à atuação do Ministério da Educação - MEC contexto social apresentado, o mesmo alega que vem construindo e equipando escolas em áreas rurais dos remanescentes de quilombos. Obviamente, qualquer pessoa que vá a essas comunidades e que visitem suas escolas observará uma situação de extrema vulnerabilidade. Não obstante a isso, o currículo nacional já não é mais capaz de acompanhar, dinamizar e consagrar um ensino exequível nas escolas das comunidades quilombolas. Nesse sentido Paré et al.(2007) acrescenta:

O ensino formal é significativamente valorizado pela comunidade, além do local da escola, pela referência simbólica do nome e das possibilidades cidadãs que oferece. Entretanto, apesar de citada com frequência pelo grupo, verifica-se certa distância entre o ambiente escolar e a vivência da comunidade. (Paré; Oliveira & Velloso, 2007, p. 35).

O ambiente escolar precisa ter um elo mais profícuo com a comunidade onde atua, o aprendizado exige uma valorização das experiências extracurriculares, precisamos

quebrar paradigmas e ressignificar o ensino. A pedagogia quilombola almeja mais autonomia e menos pragmatismo, assim, então teremos de fato um resultado mais consoante ao que anseiam as nossas comunidades quilombolas, que sonham com um reconhecimento cultural mais sólido e menos utópico. Partindo desse princípio surge então a intersetorialidade, esta desponta como algo imprescindível nas políticas públicas, sobretudo, nas educacionais, pois, acredita-se que a educação abrange os processos mais interdependentes possíveis, às questões relativas à saúde, a assistência social são determinantes no processo educacional. Educação e o contexto social são indissociáveis. Nesse sentido Leite (2008) comenta:

A pergunta que parece mais recorrente hoje quando buscamos entender esse processo é mesmo sobre a força daquilo que veio a ser caracterizado como “projeto Quilombola”, quando o quilombo passa paulatinamente a condensar, a integrar diversas noções de direito que abrangem não só o direito a terra, mas todos os demais; quando esse vai do território às manifestações artísticas; quando o direito quilombola quer dizer educação, água, luz, saneamento, saúde, todos os direitos sociais até então negados a essas populações. (Leite, 2008, p.975)

O Projeto Quilombola prima pela qualidade de vida mediante a intersetorialidade na busca de melhorias, para que de fato os direitos outrora negados sejam consolidados. Dessa forma, a escola então, serve como um interlocutor entre o Estado Democrático de Direito e as organizações sociais ali envolvidas. Justamente por isso, que a educação formal coloca-se como um dos elementos mais importantes para que a justiça social seja realmente efetivada, porque apesar de não atingir toda a população do país, seus resultados têm reflexos no cotidiano e nos hábitos da população brasileira.

Sustentabilidade Ambiental

As Comunidades Tradicionais Quilombolas tiveram suas civilizações formadas dentro das matas fechadas, em constante contato com a natureza, pois, esta servia de refúgio por causa da intensa escravidão aos quais eram submetidos. Essas comunidades se formaram principalmente na Mata Atlântica, naturalmente criaram um vínculo com o patrimônio natural. Conforme Muniz (2011):

Situar a territorialidade, a demografia, a paisagem, as construções e o perfil dos habitantes da comunidade e ressaltar aspectos que caracterizam sua cultura são elementos importantes para o conhecimento da realidade presente num determinado lugar. Identificando esses aspectos fica mais fácil o entendimento de sua pedagogia. (Muniz. 2011, p.07)

Nota-se então, que é importante situar os quilombolas, a partir dos seus territórios, demografia e paisagem, para que aspectos da sua cultura sejam considerados e identificados, para que se estabeleça uma pedagogia voltada a essa etnia. A pedagogia quilombola tem uma proposta que leva em conta o trabalho com a africanidade, a sensação de pertencimento a pátria, o orgulho da sua cor, do seu cabelo, dos costumes e crenças, das tradições dos seus ancestrais. Entre as tradições dos ancestrais africanos, destaca-se o amor à natureza, o gosto pela terra, o envolvimento comunitário, enfim, a vontade de cultivar a terra. Nas Comunidades Tradicionais Quilombolas o que mais angustiam é ver que àqueles territórios construídos pelos seus antepassados são dominados pelos latifundiários. Para contextualizarmos melhor a questão ambiental na escola, faz-se necessário uma abordagem interdisciplinar, algo característico na Educação Ambiental, por exemplo, observar o bioma onde as

Comunidades Quilombolas foram firmadas, exige conhecimento de geografia e biologia, o contexto histórico da formação dessas comunidades, exige conhecimento da história e da antropologia, enfim, a questão ambiental é essencialmente interdisciplinar. Gadotti (2005) ressalta:

A sensação de pertencimento ao universo não se inicia na idade adulta e nem por um ato de razão. Desde a infância, sentimo-nos ligados com algo que é muito maior do que nós. Desde crianças nos sentimos profundamente ligados ao universo e nos colocamos diante dele num misto de espanto e de respeito. E, durante toda vida, buscamos respostas ao que somos, de onde viemos, para onde vamos, enfim, qual o sentido da nossa existência. É uma busca incessante e que jamais termina. A educação pode ter um papel nesse processo, se colocar questões filosóficas fundamentais, mas também se souber trabalhar ao lado do conhecimento, essa nossa capacidade de nos encantar com o universo. (Gadotti, 2005, p.05)

O ser humano vive uma busca incessante pelo conhecimento, desde a infância buscamos descobrir as coisas que nos rodeiam, temos uma ligação profunda com o universo, buscamos sempre respostas para nossas dúvidas, enfim, vivemos em um processo de construção de ideias. Conforme Morin (2000): “O mundo torna-se cada vez mais um todo. Cada parte do mundo faz, mais e mais, parte do mundo e o mundo, como um todo, está cada vez mais presente em cada uma de suas partes.” Ora, estamos no universo, somos parte desse todo e devemos obviamente sermos preparados para lidarmos com as adversidades que nós seres humanos causamos. É nessa perspectiva teórica que surge a Educação Ambiental.

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia

qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Brasil, Lei de nº 9.795 de 1999, Art. 1º).

A Educação Ambiental prevista em Lei desde o ano de 1999 surge como uma alternativa que serve para resgatar valores sociais e competências capazes de despertar a consciência ecológica dos indivíduos, a partir dessa concepção surge o termo sustentabilidade. Que segundo Gadotti (2005): “O tema da sustentabilidade originou-se na economia (“desenvolvimento sustentável”) e na ecologia, para inserir-se definitivamente no campo da educação, sintetizada no lema “uma educação sustentável para a sobrevivência do planeta”. Ademais, o termo sustentabilidade foi amadurecida durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972, lá a sociedade tomou conhecimento dos problemas ambientais e os governos definiram que a saída para mudar o mundo seria a educação. Sabemos as mudanças nesse campo forma tímidas, mas, significativas. Gadotti (2005) explicita: “A formação está ligada ao espaço/tempo no qual se realizam concretamente as relações entre o ser humano e o meio ambiente.”

A educação ambiental tornou-se necessária porque nos afastamos da natureza. Os processos educativos ficaram racionais e a escola descuidou dos sentimentos, das sensações e das relações em sala de aula, esquecendo o ar, a água, o corpo, o bairro, a cidade, o planeta. Ora, se a educação ambiental pretende resolver os problemas ambientais pela formação das pessoas, é preciso usar ferramentas transformadoras. O mundo vive numa impregnação de consumo cada vez mais aguçador, a globalização que ao mesmo tempo possibilita conforto e conveniência, também dilacera

continuadamente os nossos recursos naturais. Portanto, faz-se necessário uma conscientização ambiental permanente no espaço escolar e de forma interdisciplinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante percebermos que as políticas públicas no Brasil ainda encontram-se mal gestadas e monitoradas. O monitoramento destas possibilita uma análise mais apurada de quanto e onde elas puderam alcançar. O caso específico do povoado pesquisado revela a fragilidade do sistema municipal de ensino, se por um lado os professores desconhecem questões pertinentes à Comunidade em que atuam, do outro o sistema peca quando não oferece uma formação continuada e consistente, outro dado constatado é que o município não adota a gestão democrática, dificilmente se constroi um elo entre a escola e a comunidade, onde o sistema municipal de ensino toma sozinho iniciativas próprias sem a participação efetiva da comunidade. O retrato social constatado nessa pesquisa foi à percepção de que as políticas públicas educacionais voltadas à sustentabilidade nessa comunidade ainda é uma incógnita, falta envolvimento entre a escola e comunidade. Conforme Leite (2008): “A ação constitucional de proteção às chamadas comunidades quilombolas tem se ampliado, podendo ser considerada hoje uma prática inovadora no Brasil, embora ainda muito insuficiente.” Devemos sim concordar com o que diz a autora, pois, o artigo 68 da Constituição Federal de 1988 inovou no que se refere à proteção social das chamadas etnias negras, mas, as ações concretas são tímidas e insuficientes. Segundo informações da presidente da Associação de Moradores do Povoado Patioba, o estudo

antropológico foi concluído, mas, porque tanta burocracia para por em prática o que nossas Leis preconizam? Ora, enquanto isso, o povo da comunidade padece por conta da burocracia jurídica. Já as políticas públicas no âmbito escolar no que diz respeito à sustentabilidade, é previsto na Lei 9.795 de 1999, mas, a Secretaria Municipal de Educação de Japaratuba não tem uma coordenação local que difunda a Educação Ambiental nas escolas de sua rede, principalmente, na única escola de remanescentes de quilombo da cidade. Isso é inaceitável, infelizmente, as políticas públicas educacionais voltadas aos quilombolas é um quer fazer neutro por parte de muitos gestores municipais. É preciso urgentemente descentralizar a gestão educacional, universalizar a gestão democrática em todas as escolas brasileiras, acabar com o apadrinhamento político, tornar notória uma formação continuada digna e eficaz, além de desburocratizar os recursos públicos com suas amarras legais, monitorar as ações pedagógicas, estabelecer metas mais consistentes e objetivas no ensino brasileiro, chega de utopias e proselitismos, o Brasil carece de uma gestão democrática em todas as escolas.

REFERÊNCIAS

Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

Brasil. LDB (Lei de nº 9394/96). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado, 1996.

Brasil. **Programa Brasil Quilombola: Comunidades Quilombolas Brasileiras: Regularização Fundiária e Políticas Públicas**. SEPPIR. Brasília, DF, 2004.

Brasil. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental**. SECADI/MEC. Brasília, DF, 2012.

Brasil. **Lei nº 9.795**, de Vinte e Sete de **Abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Congresso Nacional. Brasília, DF: 1999.

Brasil. **Lei nº 10.639**, de Nove de **Janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Congresso Nacional. Brasília, DF: 2003.

Freire, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Gadotti, Moacir. **Pedagogia da Terra e Cultura de Sustentabilidade**. In: Revista Lusófona de Educação, n.6, p.15-29, Lisboa, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n6/n6a02.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2012

Gadotti, Moacir. **Pedagogia da terra: Ecopedagogia e educação sustentável**. In: Revista Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.inclusaodejovens.org.br/PauloFreire/pedadaterra%20-%20Moacir%20Gadotti.pdf>>. Acesso em: 15 Ago. 2012

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 Dez. 2012

Jesus, A.C. **Construindo a liberdade: entre conflitos e alianças, quilombolas (re) inventam sua história na região da Cotinguiba (1870 -1879)**. In: IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH-BA HISTÓRIA: SUJEITOS, SABERES E PRÁTICAS. 29 de Julho a 1º de Agosto de 2008. Vitória da Conquista - BA.

Leite, Ilka Boaventura. **O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 965-977 n.424, setembro-dezembro/2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/15.pdf>>. Acesso em: 3 Mai. 2012

Morin, Edgard. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Muniz, R. T. **A pedagogia no quilombo**. In: *Revista Científica da ITPAC*, n.3, julho Araguaína, 2011. Disponível em: <<http://www.itpac.br/hotsite/revista/artigos/43/3.pdf>>. Acesso em: 3 Mai. 2012

O'dwyer, Eliane Cantarino (org). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/Quilombos.pdf>>. Acesso em: 20 Abr. 2012.

Paré, M. L.;Oliveira, L.P. De; Velloso, A. D. **A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos pretos em restinga seca (RS) e da comunidade kalunga do engenho ii (GO)**. In: **Caderno Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 215-232, maio/ago. 2007 215. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 20 Jan. 2013

Prestes, Maria Luci de Mesquita. **A Pesquisa e a Construção do Conhecimento Científico: Do Planejamento aos Textos, da Escola à Academia**. 3ª edição. 260 p. São Paulo: Respel, 2008.

Rodrigues, Auro de Jesus. **Metodologia Científica**. 1ª edição. 221p. São Paulo: Avercamp, 2006.